

SOBRE O INSTITUTO LUSO-BRASILEIRO DE FILOSOFIA*

Afonso BOTELHO
Universidade de Lisboa

RESUMO

O Doutor Afonso Botelho apresenta o Instituto Luso-Brasileiro de Filosofia, fundado em 1992. O presente texto é o discurso de abertura das atividades do Instituto, mostrando as razões históricas de sua fundação e sua finalidade.

RÉSUMÉ

Le Docteur Afonso Botelho presente l'Institut Luso-Brésilien de Philosophie, créé à 1992. Cet article a été le discours prononcée à l'occasion de l'ouverture de l'Institut. Le Docteur Botelho y signale la finalité de l'Institut.

Far-me-ão a justiça de admitir que não estaria a falar neste momento, a que justificadamente atribuímos carácter solene, se não tivesse sido chamado a fazê-lo por escolha de amizade.

Previnam-se desde já no entanto as minhas palavras com a consciência de que a amizade, para a filosofia, não é somente o resultado de um privilégio sentimental. E os que nos juntamos como participantes activos do compromisso agora acabado de subscrever, somos luso-brasileiros, portadores de uma natureza que não

(*) No dia 15 de julho de 1992 foi constituído o Instituto Luso-Brasileiro de Filosofia, em Lisboa; seus membros fundadores são filósofos portugueses e brasileiros e o Instituto tem por objetivo promover a reflexão e o diálogo entre pensadores dos dois países.

desmerece a sensibilidade nem o afecto e até resiste à exaltação crítica que tempera, quase sempre em excesso, as nossas espontâneas preferências.

Não há doutrina filosófica, por mais desajustada do nosso modo de ser, nem perturbações do poder e má política da cultura, que consigam silenciar ou perverter de vez a substante sabedoria do povo, que ressurge nos períodos menos esperados e de maior cisão nos valores pátrios.

Têm por isso sentimentos como a amizade, a lealdade e a saudosa relação de gentes e tempos primordiais uma amplitude e profundidade que superam a estrita psicologia ou a restrita moral, confirmando-se num modo de pensar próprio, manifestado quantas vezes contra sistemas dominantes, influências estrangeiras, modas culturais e, sobretudo, desvios próprios.

Quer dizer que, nos nossos dois Países, a veia tradicional, oculta do saber comum, tanto na vertente secreta da palavra, como no perfil enigmático da Natureza ou no mistério da crença religiosa, consente com excessiva freqüência que a circunstancialidade se sobreponha à essência do espírito nacional.

Só em decisivos marcos da história e breve como a luz dos astros cadentes se torna conclusivo que essa metafísica da sensibilidade seja a definição de nós mesmos como povo que pensa, e que poderia ser, tal qual já foi e ainda será, definição dos destinos da humanidade.

Em oportunidades como estas, teria Pascal condições para completar harmonicamente a frase emblemática que anda no peito de meio mundo mas, neste caso, aceitando a proposta que as razões diversas das da razão podem por ela ser compreendidas. Não é que seja ocioso este pensamento do filósofo de Port-Royal, mas do ponto de vista da história da filosofia não há dúvida, embora haja desconhecimento, que quatrocentos anos antes, dando conceito e forma a uma sensibilidade tradicional, D. Duarte, filósofo não divulgado da periferia atlântica da Europa, estabeleceu os primeiros fundamentos para uma teoria da sensação e do sentimento.

Esta doutrina do “coração”, bem diferenciado da razão e do “siso”, já estava voltada para o sentido descobridor do outro, pela ciência, pensamento e acção, tanto quanto para o apelo do novo Mundo.

Mas a emergência do pensamento próprio não brota de uma única fonte nem nasce de geração espontânea. Além de expressar o movimento constante da tradição inominada, decorre também do ensino e meditação seculares de mosteiros, ordens e estudos gerais.

E há-de ser sempre da confluência das duas correntes criadoras que a tradição encontra o estádio filosófico, definido e transmissível, mesmo quando o ensino institucional se deixa ocupar por doutrinas imobilizadoras da energia lúcida da língua portuguesa, como aconteceu nos nossos dois Países com o império do positivismo. Se a instituição adormece ou se aliena virá então movimento sem filiação institucional, pensador marginalizado ou mestre solitário que a despertam e provocam. O filão da sabedoria ocorre nesses interregnos entre a dádiva do mestre e o amor do discípulo, e as origens de iniciação estão mais presentes, substituindo-se à inspiração da escolar, ao saber da escolástica. Porém, a cisão existe e é necessária à continuidade viva do pensamento.

Do intervalo instantâneo por que ela é responsável, se abre a consciência da individualidade e autonomia do pensamento, mas também a sua unidade na imperitura tradição. Com o primeiro destes actos se configurou a cisão romântica que, quebrando o elo do imediato passado, definiu sua individualidade a partir de uma remota e quantas vezes visionária idéia. Foi assim o século XIX, para Brasil e Portugal, o século da diferença, tanto mais patente quanto maior foi a separação provocada.

Se o romantismo processou as diferenças no universal abstracto, como é bem perceptível no pensamento de Gonçalves de Magalhães, que ocupará o tema do nosso próximo colóquio, o segundo daqueles actos da consciência, ou o retorno à unidade, está-se fazendo pelo universal concreto, que é a sede própria da filosofia luso-brasileira, bem possivelmente, de todas as filosofias nacionais.

O percurso que encetámos há dez anos em Braga, temos-lo vindo a realizar conjuntamente pela procura do que é mais concreto e específico nos filósofos das nossas duas Pátrias, ou no que é mais autenticamente teorizável naquelas filosofias.

Buscamos portanto a unidade no concreto teórico, ao contrário dos ideólogos e homens de exclusiva vontade que, em geral, se debatem vãmente com a imensidade do espaço que nos separa e com as ideologias, de si, incapazes de atingir as fronteiras da teoria.

O propósito que nos tem congregado visa, muito mais do que vencer o espaço físico e recolher as semelhanças, definir o lugar comum aos nossos dois pensamentos.

Neste recurso à unidade de lugar, continua a ser indispensável a virtude da descoberta porque, no domínio das idéias e dos princípios, os pensamentos não se encontram como turistas acidentais mas descobrem-se mutuamente, não só pelo que se encobre no filósofo singular, mas pelo que está encoberto no modo de pensar e agir dos nossos dois povos.

Não chegámos onde estamos, à criação de um instituto de filosofia luso-brasileira por simples deliberação individual. Para alguns de nós até, se tal acto significa o esperançoso começo de uma comunhão na actividade especulativa e de um estudo mais profundo e coeso da tradição comum, significa também a perspectiva de uma vida dedicada à definição da singularidade do nosso pensar filosófico.

Ao assinarmos este documento, fizémo-lo igualmente em nome dos movimentos que permitiram, lá e cá, que filosofemos em português, não tendo que deduzir os princípios necessária e exclusivamente de outras culturas e de outras línguas, sem perder, antes ganhando, a universalidade requerida pela filosofia.

A este propósito, indispensável é recordar a contribuição decisiva para a consciência filosófica luso-brasileira de Álvaro Ribeiro e José Marinho, em Portugal, e de Miguel Reale e António Paim, no Brasil, cujos magistérios dinamizaram várias correntes de pensamento, prolongadas já em mais de uma geração.

Finalmente, hoje, superadas velhas incompreensões e surdas resistências, a evidência da razão que assistia a estas correntes e a seus propugnadores e o intrínseco valor filosófico da especulação em língua portuguesa, pela acção inteligente e compreensiva de professores como Francisco da Gama Caeiro, vem encontrando crescente eco nas instituições universitárias e despertando cada vez maior interesse entre as mais novas gerações de estudantes e investigadores.

Regosijemo-nos igualmente por estarmos na casa da Restauração, símbolo vivo, ela também, da unidade entre os dois Países Irmãos.

À Sociedade Histórica da Independência de Portugal e ao seu ilustre Presidente, General Temudo Barata, ficamos a dever não só este acolhimento tão honroso, como a criação antecipada da Comissão de Filosofia Luso-Brasileiro, da qual esperamos a melhor das colaborações.

Firmaram esta escritura, por seu punho ou por procuração, brasileiro e portugueses que, pela sua vida, obra ou exemplo justificam a pessoa jurídica que hoje nasce como elo espiritual entre as duas Pátrias. Não lhes cito o nome porque o tempo os dará sempre a conhecer como fundadores.

O instrumento notarial veio apenas confirmar a história de uma amizade entre pessoas e culturas, amizade filosófica, da qual também usufruí o inesquecível encargo de falar nesta ocasião.

Palácio da Independência, 15 de Julho, dia de S. Boaventura de 1992.